

Avaliação de políticas públicas a partir de um terceiro olhar: Meta-avaliação do Plano de Desenvolvimento da Educação como proposta metodológica

MARIA JÚLIA VICENTE DA SILVA

Rafael Silveira e Silva

Coletânea de Pós-Graduação, v.5, n.1
Políticas Públicas



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO

MINISTROS

José Mucio Monteiro (Presidente)

Ana Arraes (Vice-presidente)

Walton Alencar Rodrigues

Benjamin Zymler

Augusto Nardes

Aroldo Cedraz de Oliveira

Raimundo Carreiro

Bruno Dantas

Vital do Rêgo

MINISTROS-SUBSTITUTOS

Augusto Sherman Cavalcanti

Marcos Bemquerer Costa

André Luís de Carvalho

Weder de Oliveira

MINISTÉRIO PÚBLICO JUNTO AO TCU

Cristina Machado da Costa e Silva (Procuradora-Geral)

Lucas Rocha Furtado (Subprocurador-geral)

Paulo Soares Bugarin (Subprocurador-geral)

Marinus Eduardo de Vries Marsico (Procurador)

Júlio Marcelo de Oliveira (Procurador)

Sérgio Ricardo Costa Caribé (Procurador)

Rodrigo Medeiros de Lima (Procurador)



Instituto Serzedello Corrêa
Escola Superior do Tribunal de Contas da União

DIRETOR GERAL

Fábio Henrique Granja e Barros

**DIRETORA DE RELAÇÕES INSTITUCIONAIS,
PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA**

Flávia Lacerda Franco Melo Oliveira

**CHEFE DO DEPARTAMENTO DE
PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA**

Clémens Soares dos Santos

CONSELHO ACADÊMICO

Maria Camila de Ávila Dourado

Tiago Alves de Gouveia Lins Dutra

Marcelo da Silva Sousa

Rafael Silveira e Silva

Pedro Paulo de Moraes

COORDENADOR ACADÊMICO

Tiago Alves de Gouveia Lins Dutra

COORDENADOR EXECUTIVO

Georges Marcel de Azeredo Silva

PROJETO GRÁFICO E CAPA

Núcleo de Comunicação - NCOM/ISC

Avaliação de políticas públicas a partir de um terceiro olhar:

Meta-avaliação do Plano de Desenvolvimento da Educação como proposta metodológica

MARIA JÚLIA VICENTE DA SILVA

Monografia de conclusão de curso submetida ao Instituto Serzedello Corrêa do Tribunal de Contas da União como requisito parcial para a obtenção do grau de especialista.

Orientador (a):

Professor Rafael Silveira e Silva

Banca examinadora:

Renata Miranda Passos Camargo

REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA

SILVA, Maria Júlia Vicente da. **Avaliação de políticas públicas a partir de um terceiro olhar: meta-avaliação do Plano de Desenvolvimento da Educação como proposta metodológica.** 2020. Trabalho de Conclusão de Curso (Especialização em Avaliação de Políticas Públicas) – Escola Superior do Tribunal de Contas da União, Instituto Serzedello Corrêa, Brasília, DF. 35 fl.

CESSÃO DE DIREITOS

NOME DO (A) AUTOR (A): Maria Júlia Vicente da Silva
TÍTULO: Especialista em Avaliação de Políticas Públicas
GRAU/ANO: Especialista/2020

É concedido ao Instituto Serzedello Corrêa (ISC) permissão para reproduzir cópias deste Trabalho de Conclusão de Curso e emprestar ou vender tais cópias somente para propósitos acadêmicos e científicos. Do mesmo modo, o ISC tem permissão para divulgar este documento em biblioteca virtual, em formato que permita o acesso via redes de comunicação e a reprodução de cópias, desde que protegida a integridade do conteúdo dessas cópias e proibido o acesso a partes isoladas desse conteúdo. O autor reserva outros direitos de publicação e nenhuma parte deste documento pode ser reproduzida sem a autorização por escrito do autor.

Maria Júlia Vicente da Silva
mariajuliavicente85@gmail.com

FICHA CATALOGRÁFICA

<p>Silva, Maria Júlia Vicente da Avaliação de políticas públicas a partir de um terceiro olhar: meta-avaliação do Plano de Desenvolvimento da Educação como proposta metodológica / Maria Júlia Vicente da Silva; orientador, Rafael Silveira e Silva, 2020. 35 fl. Monografia (especialização) - Escola Superior do Tribunal de Contas da União, Instituto Serzedello Corrêa, Curso de Especialização em Avaliação de Políticas Públicas, Brasília, 2020. Inclui referências. 1. Avaliação de políticas públicas. 2. Educação. 3. Meta-avaliação. 4. Programa de Desenvolvimento da Educação. I. Silveira e Silva, Rafael. II. Escola Superior do Tribunal de Contas da União. Especialização em Avaliação de Políticas Públicas. III. Título.</p>

Avaliação de políticas públicas a partir de um terceiro olhar: Meta-avaliação do Plano de Desenvolvimento da Educação como proposta metodológica

MARIA JÚLIA VICENTE DA SILVA

Trabalho de conclusão do curso de pós-graduação lato sensu em Avaliação de Políticas Públicas realizado pela Escola Superior do Tribunal de Contas da União como requisito para a obtenção do título de especialista.

Brasília, 31 de agosto de 2020.

Banca Examinadora:

Prof. Rafael Silveira e Silva
Orientador
Senado Federal

Prof.^a Renata Miranda Passos Camargo

Examinadora
Tribunal de Contas da União

Procure obter sabedoria; use tudo o que você possui para adquirir entendimento. Dedique alta estima à sabedoria, e ela o exaltará; abrace-a, e ela o honrará.

Provérbios 4:7-8

Agradecimentos

A, Deus, pelo dom da vida, criador de tudo, que traçou os caminhos que me fizeram chegar até essa conquista, a minha família, em especial meus pais, pelos exemplos de vida, humanidade, caráter, honestidade, humildade, e fé em Deus, princípios e valores primordiais, que levarei por toda vida.

Ao ex-deputado Ságuas Moraes, a atual deputada Professora Rosa Neide, pela oportunidade de aprimoramento.

Ao orientador, Professor Rafael Silveira e Silva que me deu força e apoio para a criação desse trabalho de conclusão de curso, à examinadora do mesmo, Renata Miranda Passos Camargo, por ter aceitado examinar este trabalho.

Por fim, dedico os agradecimentos a todos os profissionais da educação e aos avaliadores, que fazem da meta-avaliação uma importante ferramenta de estudo trazendo novas perspectivas ao objeto avaliado.

Resumo

O estudo pretende realizar uma meta-avaliação do Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE) que foi lançado pelo MEC em 24 de abril de 2007, que foi implementado com o objetivo de melhorar os níveis de qualidade do ensino em todas as escolas de educação básica do país. A meta avaliação foi realizada por meio de um processo de seleção de três revisões bibliográficas, demonstrando as mudanças ocorridas na organização escolar e no ensino docente a partir da reforma educacional que foi implantada com este programa. Dessa forma, além de procurar contribuir para o debate sobre políticas de gestão, da avaliação da educação básica, das condições de realização do trabalho docente nas escolas públicas do país, esta pesquisa procura reforçar a meta-avaliação como uma proposta viável e alternativa de buscar informações para reunir mais elementos avaliativos sob a perspectiva de diferentes olhares, desde que tomadas fundamentada em um processo de escolha adequada das diferentes pesquisas.

Palavras-chave: Política Educacional; Meta-avaliação; Plano de Desenvolvimento da Educação.

Abstract

The study intends to carry out a meta-evaluation of the Education Development Plan (PDE) that was launched by MEC on April 24, 2007, which was implemented with the aim of improving the quality levels of education in all schools of basic education from the country. The meta-evaluation was carried out through a selection process of three bibliographic reviews, demonstrating the changes that occurred in the school organization and in the teaching of teaching from the educational reform that was implemented with this program. Thus, in addition to seeking to contribute to the debate on management policies, the evaluation of basic education, the conditions for carrying out teaching work in public schools in the country, this research seeks to reinforce the meta-evaluation as a viable and alternative proposal to seek information to gather more evaluative elements from the perspective of different perspectives, provided that they are based on a process of adequate choice of different researches.

Keywords: Educational Policy; Meta-evaluation; Education Development Plan.

Lista de quadros

Quadro 1 – Box Ações do PDE	19
Quadro 2 – Metas do Movimento Todos pela Educação	21

Lista de tabelas

Tabela 1 – Anos Iniciais do Ensino Fundamental.....	19
Tabela 2 – Anos Finais do Ensino Fundamental	19

Lista de abreviaturas e siglas

FUNDEB	Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e Valorização dos Profissionais da Educação
IDEB	Índice de Desenvolvimento da Educação Básica
LDB	Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
OCDE	Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico
PAR	Plano de Ações Articuladas
PDE	Plano de Desenvolvimento da Educação
PNE	Plano Nacional de Educação
SAEB	Sistema de Avaliação da Educação Básica

Sumário

1. Introdução.....	13
2. Problema e justificativa da pesquisa	15
3. Objetivos	16
3.1. Objetivo geral.....	16
3.2. Objetivos específicos	16
4. Fundamentação Teórico-Methodológica	17
5. Caracterização do objeto da Pesquisa	20
6. Desenvolvimento	25
6.1 Critérios de escolha das pesquisas auxiliares	25
6.2 Achados da Meta-Avaliação	26
7. Considerações finais.....	31
Referências bibliográficas.....	33

1. Introdução

O Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE), foi lançado pelo Ministério da Educação e Cidadania (MEC) em 24 de abril de 2007, com o objetivo de melhorar os níveis de qualidade do ensino ministrado em todas as escolas de educação básica do país. O plano continha 30 metas que englobavam variados aspectos da educação em diferentes níveis e modalidades.

No entanto, para o pedagogo Dermeval Saviani (2007), desde o lançamento do Plano, considerou-se que o mesmo não trazia garantias de que as medidas propostas surtirão o efeito pretendido porque não se definiram os mecanismos de controle, ficando em aberto a possibilidade de que as administrações municipais manipulassem os dados de modo a garantir o recebimento dos recursos, apresentando estatísticas distorcidas, diferente do real desempenho, e assim, não surtindo efeitos na melhoria da qualidade da educação.

O Plano de Desenvolvimento da Educação foi lançado oficialmente em 24 de abril, simultaneamente à promulgação do Decreto n. 6.094, que dispunha sobre o “Plano de Metas Compromisso Todos pela Educação” considerada a meta principal do Plano. O PDE reuniu outras 29 ações do MEC abrangendo os níveis e modalidades de ensino, além de medidas de apoio e de infraestrutura. Assim, de modo geral, as ações do Plano podem são as seguintes:

No que se refere aos níveis escolares, a educação básica está contemplada com 17 ações, sendo 12 em caráter global e cinco específicas aos níveis de ensino. Entre as ações que incidem globalmente sobre a educação básica situam-se o “FUNDEB”, o “Plano de Metas do PDEIDEB”, duas ações dirigidas à questão docente (“Piso do Magistério” e “Formação”), complementadas pelos programas de apoio “Transporte Escolar”, “Luz para Todos”, “Saúde nas Escolas”, “Guias de tecnologias”, “Censo pela Internet”, “Mais educação”, “Coleção Educadores” e “Inclusão Digital”. (SAVIANI, 2007, p. 1231-1255).

No lançamento do PDE, em 24 de abril de 2007, o então Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva publicou o Decreto n. 6.094, que tratava sobre a implementação do Plano de Metas Compromisso Todos pela Educação, pela União Federal, e contava com a colaboração com Municípios, Distrito Federal e Estados. Além disso, o decreto estabelecia a participação das famílias e da comunidade, por meio de programas e ações de assistência técnica e financeira, visando conscientizar

e mobilizar a sociedade em prol da melhoria da qualidade da educação básica. (Brasil, 2007).

Dessa forma, o PDE usaria os dados estatísticos para analisar o ensino das redes escolares de educação básica, além de instrumentos de avaliação que permitissem avaliar indicadores do aproveitamento dos alunos comprovados por meio de provas aplicadas regularmente pelo Instituto Nacional de Educação e Pesquisa (INEP), por meio do qual foi criado o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB). Tal índice é utilizado para averiguar a implementação do PDE, e orientar ações de estratégia para melhorar a educação, e se necessário, criar novas metas e programas. (SAVIANI, 2007, p. 1231-1255)

Nesse sentido, o método utilizado seria a avaliação, que se trata de um processo fundamental e contínuo nas políticas públicas por meio da aplicação da avaliação na política educacional, temática abordada neste estudo através da meta-avaliação do Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE).

No entanto, a condução adequada das avaliações também pode ser questionada, isto é, verificada por meio de meta-avaliações, que seriam conceituadas como “avaliações de avaliações”. Assim, elas teriam como função verificar a qualidade da avaliação considerando diversos critérios.

Berends e Roberts (2003, p. 943) apontam duas razões para se proceder a uma meta-avaliação:

Uma é possibilitar a verificação da aplicação de um código de comportamento adequado durante todo o estudo, ou seja, a ética adotada pelos avaliadores, se ela existe e como foi praticada. Outra concebe a meta-avaliação como uma prática de reflexão sobre todos os procedimentos utilizados na avaliação, dando oportunidade à incorporação de novos conhecimentos por parte não só dos meta-avaliadores, como também dos avaliadores, quando tomam ciência da análise realizada.

Além de a meta-avaliação ser um método utilizado para certificar qualidade e analisar o rigor da avaliação, também pode ser aplicada à própria execução de uma avaliação, seguindo alguns critérios previamente estabelecidos. Assim, no presente estudo, utiliza-se a abordagem somativa de meta-avaliação (ELLIOT, 2011), compreendendo-se que esta acontece depois de que todo o processo avaliativo foi concluído.

Assim, partindo do pressuposto que Educação é um direito de todos e dever do Estado e da família, e que deve ser promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o

exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho (CF/88, Art. 205), a meta-avaliação buscará empreender uma avaliação do processo no sentido de melhorar a educação. Assim, nosso objetivo é compreender como se dá a avaliação da meta-avaliação e demonstrar se seus resultados são positivos.

O estímulo para a realização da meta-avaliação se dá através dos insumos oferecidos pelos esforços já realizados por outros pesquisadores, buscando uma espécie de compreensão coletiva sobre a política pública. Desse modo, como será visto, a perspectiva posta nesta pesquisa é a da utilização da meta-avaliação como meio de realizar uma avaliação de política e não como tradicionalmente essa metodologia é utilizada, de “avaliar uma avaliação”.

Pretende-se testar a meta-avaliação sob forma de uma proposta empírica, selecionando aleatoriamente, apenas com base em alguns parâmetros, alguns estudos já realizados sobre o PDE, de modo a mostrar na prática, potencialidade e limites para o uso dessa metodologia.

Neste trabalho, além das definições básicas da pesquisa e seus objetivos, revisaremos a literatura sobre meta-avaliação, com a devida apropriação dessa metodologia para os fins da pesquisa, explicaremos em linhas gerais o PDE e finalizaremos com a aplicação da avaliação desse programa por meio da meta-avaliação retirada de três estudos.

2. Problema e justificativa da pesquisa

Como mencionado no item anterior, o Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE) divide-se em cinco principais eixos, a saber, Educação Básica, Educação Superior, Educação Profissional, Alfabetização e Diversidade, o plano foi um projeto do Poder Executivo que desenvolveu um conjunto de ações que se transformaram em projetos educacionais a serem implementados, executados e acompanhados pela União, Estados, DF e Municípios.

Uma grande política como essa requereria ampla avaliação das várias políticas a ela associadas, demandando, portanto, a mobilização de várias equipes especializadas, um capital humano que talvez não esteja disponível para uma mesma organização. Ao mesmo tempo, sabe-se que várias instituições de pesquisas e diferentes órgãos do próprio governo realizam esforços de avaliação em conformidade

com suas próprias agendas, já realizando um esforço avaliativo interessante que não pode ser desperdiçado e, ao mesmo tempo, analisado.

Dessa forma, o problema a ser enfrentado, de forma hipotética é *como conciliar a necessidade de avaliação de um amplo programa, no curto prazo, muitas vezes sem condições ideais para a própria organização, com a existência de pesquisas já realizadas por outras instituições acerca do programa pretendido, mas que também merecem passar por um processo de validação?*

É nesta linha de raciocínio que se pretende explorar a meta-avaliação como um resultado de vários insumos e que podem trazer uma visão diferenciada para interpretações acerca do resultado alcançado. Para incrementar nossa análise, de modo a também compreender os limites e as potencialidades da meta-avaliação, pretendemos testar a metodologia com a escolha aleatória de casos.

3. Objetivos

3.1. Objetivo geral

Com vistas a enfrentar o desafio, nesse cenário hipotético, de realização de uma avaliação ampla de uma política como o PDE, o presente trabalho buscará na metodologia da meta-avaliação uma alternativa viável para analisar a política.

3.2. Objetivos específicos

Os objetivos específicos do trabalho são:

- a) Explicar a metodologia da meta-avaliação, suas aplicações e adaptar seu uso ao objetivo da pesquisa, levando em consideração a literatura, o Referencial para Avaliação de Políticas Públicas no Senado Federal (2015) de modo a agregar informações relevantes tanto para o aprimoramento do estudo quanto para o aperfeiçoamento da própria ferramenta de avaliação;
- b) Testar, por meio de soma seleção aleatória de pesquisas sobre o PDE, e efetividade da meta-avaliação;
- c) Aplicar a perspectiva da meta-avaliação adaptada, definindo pontos críticos das pesquisas selecionadas e os temas pertinentes que necessitem da referida avaliação.

4. Fundamentação Teórico-Metodológica

Atualmente, tem-se observado crescimento no interesse pela qualidade de resultados dos programas e políticas públicas, seja, no campo social, empresarial, educacional, na saúde, no âmbito público e privado, dirigidas a diferentes segmentos da sociedade. Considerando a importância das finalidades dessas áreas, esse interesse motiva a realização de avaliações que projetam mostrar se a desejada qualidade foi entendida.

Para Machado *et al* (2016):

Avaliar implica emissão de juízos, estabelecimento de critérios, precisão do objeto de estudo, seu diagnóstico e, conseqüentemente, a geração de sugestões de mudanças para uma tomada de decisão, o que se configura fundamental para qualquer instituição, programa, produto ou política pública.

As avaliações permitem que se tome conhecimento relativamente ao cumprimento dos objetivos delineados, se os serviços prestados tiveram algum impacto para os beneficiados. Em síntese, a avaliação mostra aspectos, informações e indicadores que mostram se um projeto, programa ou uma política pública foram eficientes e se conseguiram alcançar os objetivos propostos.

Contudo, Elliot (2011) nos indica que a condução das avaliações também pode ser criticada e verificada, e o instrumento utilizado para isso seriam as meta-avaliações. Inicialmente definida por Scriven (1991) como “a avaliação de uma avaliação”. Trata-se, na verdade, de analisar a qualidade da própria avaliação com base em critérios, normalmente reunidos em um relatório próprio. Essa técnica de avaliação foi desenvolvida a partir do *Joint Committee on Standards for Educational Evaluations*, cujo trabalho traz marcos de referência não só para a elaboração e execução de avaliações, como também de meta-avaliações (ELLIOT, 2011).

Furtado e Laperrière (2012) consideram que a meta-avaliação, como “avaliação da avaliação”, constitui uma forma de potencializar a aproximação entre prática e teoria, vencendo divergências conceituais e promovendo avanço do campo da avaliação em todos os níveis, uma vez que avaliações malfeitas podem suscitar decisões prejudiciais aos cidadãos e às políticas. Desta forma, as meta-avaliações auxiliam os interessados a perceber tanto os pontos fortes como as fragilidades da

avaliação realizada e ainda o seu mérito e valor, de forma a fortalecer seu uso. Os autores acreditam que os atributos dessa metodologia aumentariam a credibilidade dos resultados alcançados, legitimando o feedback necessário para os ajustes de intervenção do Poder Público.

E, quem estaria habilitado para realizar a meta-avaliação? Furtado e Laperrière (2012) indicam que, inicialmente, os próprios avaliadores com base em critérios preestabelecidos. Mas também existem dois outros grupos: os usuários da avaliação (gestores, financiadores, trabalhadores, beneficiários) e os avaliadores que tenham domínio dos meios e compreensão do objeto avaliado. Esses grupos poderiam realizar as meta-avaliações de forma isolada ou coordenada, buscando coerência com avaliações participativas e que incluam os diversos atores envolvidos. Segundo os autores, a meta-avaliação tem condições de gerar subsídios para o contínuo aprimoramento teórico e prático no campo da avaliação, de oferecer ganhos e empoderamento aos grupos de interesse envolvidos e, também, auxiliar a qualificação do objeto avaliado.

É exatamente nesta última vertente que se pode visualizar a meta-avaliação não apenas como “avaliação da avaliação”, mas como uma ferramenta que evidencie aspectos para a realização da avaliação da própria política. Nesse caso, a abordagem assumida pela meta-avaliação seria predominantemente somativa, pois, de acordo com Elliot (2011, p. 944), ocorre “após o término da avaliação, depois que todo o processo avaliativo já aconteceu”; assim, “o meta-avaliador lida com relatórios prontos e pode também utilizar bancos de dados coletados, documentação analisada, registros feitos, depoimentos, enfim todo o material disponível que diz respeito e retrate a avaliação desenvolvida”.

De acordo com o Referencial para Avaliação de Políticas Públicas no Senado Federal (2015), a atividade de monitorar os resultados e os processos das políticas públicas deve ser realizado sob dois pontos de vista: (i) trazer ao conhecimento público e proporcionar o debate sobre a atuação governamental em benefício da sociedade e (ii) propor ajustes e aprimoramentos nas políticas públicas, quando necessários e oportunos.

Segundo o Referencial do Senado (2015, p. 5),

as equipes de assessoramento envolvidas na avaliação de políticas públicas no Senado podem trabalhar sob dois níveis: (i) quando coletam dados e

informações e os consolidam diretamente para produzir um relatório de avaliação; e/ou (ii) quando as equipes de assessoramento analisam e consolidam informações constantes de estudos e avaliações previamente realizados por outras instituições, tais como relatórios produzidos por universidades, centros de pesquisa e instituições privadas, pelos próprios órgãos responsáveis pela execução da política avaliada, por organizações internacionais e, especialmente, os relatórios de auditorias anteriormente realizadas pelo TCU.

Hedler e Torres (2009) também mostram a utilização versátil da meta-avaliação, cujas características principais seriam:

- 1) assumir a forma de sínteses de achados sobre avaliação de programas e inferências sobre o desempenho do programa, a partir dos resultados encontrados;
- 2) documentos de validade e de utilidade dos métodos de avaliação e oferecem direção sobre sua utilidade de avaliar, bem como de fornecimento de evidência do impacto do programa, subsidiando a tomada de decisão.

Dessa forma, na opinião do Senado (2015, p. 4), a meta-avaliação:

(...) propiciará condições de analisar os achados anteriores e observar a qualidade das avaliações realizadas, verificando a consistência das conclusões e das justificativas apresentadas (validade) e, igualmente, sua utilidade, para o Congresso Nacional e a sociedade. Para tanto, deve ser considerado o eventual trade off entre relevância e confiabilidade das informações incorporadas às avaliações.

Seguindo o passo a passo da análise de diagnóstico do problema da meta-avaliação sobre o Plano de Desenvolvimento da Educação, o que se pode buscar na descrição do problema dessa política educacional são os diferentes índices de desenvolvimento da educação.

5. Caracterização do objeto da Pesquisa

Lançado em 2007, o Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE) foi um conjunto de programas que visaram melhorar a educação no Brasil, em todas as suas etapas. Foi concebido para durar quinze anos, mas acabou descontinuado antes desse prazo, muito embora vários dos programas e iniciativas criados no seu âmbito se mantiveram, como o TV Escola e o Proinfo, da educação básica, e o Sinaes, no ensino superior.

Quadro 1 – Ações do PDE

- Provinha Brasil: instrumento de aferição do desempenho escolar dos alunos de seis a oito anos;
- Transporte escolar: Caminho da Escola é o novo programa de transporte para alunos da Educação Básica que residem na zona rural;
- Gosto de ler: a Olimpíada Brasileira da Língua Portuguesa será realizada em 2008 e pretende resgatar o prazer da leitura e da escrita no Ensino Fundamental;
- Brasil Alfabetizado: terá dois focos: a Região Nordeste, que concentra 90% dos municípios com altos índices de analfabetismo; e os jovens de 15 a 29 anos. A alfabetização de jovens e adultos será, prioritariamente, feita por professores das redes públicas, no contra turno de sua atividade;
- Luz para todos: programa no qual as escolas terão prioridade;
- Piso do magistério: definição do piso salarial nacional de 850 reais para os professores;
- Formação: o programa Universidade Aberta do Brasil, por meio de um sistema nacional de ensino superior à distância, visa capacitar professores da Educação Básica pública que ainda não têm graduação, formar novos docentes e propiciar formação continuada;
- Educação Superior: duplicar as vagas nas universidades federais, ampliar e abrir cursos noturnos e combater a evasão são algumas das medidas;
- Acesso facilitado: o Fundo de Financiamento Estudantil (Fies) aumentará o prazo para o aluno quitar o empréstimo após a conclusão do curso;
- Biblioteca na escola: com a criação desse programa, os alunos do Ensino Médio terão acesso a obras literárias no local em que estudam;
- Educação profissional: os Institutos Federais de Educação Tecnológica (IFETs) reorganizarão o modelo da educação profissional e atenderão as diferentes modalidades de ensino;
- Estágio: alterações nas normas gerais da Lei do Estágio para beneficiar alunos da Educação Superior, do ensino profissionalizante e médio;
- Proinfância: construção, melhoria da infra-estrutura física, reestruturação e aquisição de equipamentos nas creches e pré-escolas;
- Salas multifuncionais: ampliação de números de salas e equipamentos para a Educação Especial e capacitação de professores para o atendimento educacional especializado;
- Pós-doutorado: jovens doutores terão apoio do governo para continuar no Brasil;
- Censo pela Internet: com o levantamento do Educacenso, os gestores conhecerão detalhes da Educação do Brasil;
- Saúde nas escolas: o Programa Saúde da Família atenderá alunos e professores para prevenir doenças e tratar outros males comuns à população escolar sem sair da escola;
- Olhar Brasil: o programa identificará os estudantes com problemas de visão, que receberão óculos gratuitamente;
- Mais Educação: alunos passarão mais tempo na escola, terão mais atividades no contra turno e ampliação do espaço educativo;
- Educação Especial: monitorar a entrada e a permanência na escola de pessoas com deficiência, em especial, crianças e jovens de zero a dezoito anos atendidas pelo Benefício de Prestação Continuada da Assistência Social (BPC);
- Professor-equivalente: a própria universidade poderá promover concurso público para a contratação de professores nas universidades públicas federais;
- Guia de tecnologias: as melhores experiências tecnológicas educacionais serão um referencial de qualidade para utilização por escolas e sistemas de ensino;
- Coleção educadores: a coleção Pensadores, que engloba 60 obras de mestres brasileiros e estrangeiros, será doada para as escolas e bibliotecas públicas da Educação Básica, com o objetivo de incentivar a leitura, a pesquisa e a busca pelo conhecimento;
- Dinheiro na escola: todas as escolas de Ensino Fundamental públicas rurais receberão a parcela extra de 50% do Programa Dinheiro Direto na Escola. As escolas urbanas só receberão a verba se cumprirem as metas estabelecidas;
- Concurso: prevê a realização de concursos públicos para ampliação do quadro de pessoal do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) e da expansão da rede profissional;
- Acessibilidade: as universidades terão núcleos para ampliação do acesso das pessoas com deficiência a todos os espaços, ambientes, materiais e processos, com o objetivo de efetivar a política de acessibilidade universal;
- Cidades-pólo: o Brasil terá 150 novas escolas profissionais. A ação faz parte do plano de expansão da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica;
- Inclusão digital: todas as escolas públicas terão laboratórios de informática.

Fonte: http://www.educacional.com.br/legislacao/leg_i.asp

O principal indicador utilizado para avaliar a evolução e os impactos do PDE foi o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB), criado pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep) como métrica de qualidade do aprendizado nacional e parâmetro para a melhoria do ensino.

Segundo MEC, o Ideb é um indicador nacional que possibilita o monitoramento da qualidade da Educação calculado a partir de dois componentes: a taxa de rendimento escolar (ou seja, de aprovação) e as médias de desempenho nos exames aplicados pelo Inep. Os índices de aprovação são obtidos a partir do Censo Escolar, realizado anualmente.

A época o governo brasileiro traçou a meta de nota média para o Ideb em 6 (seis) a ser alcançada até o ano de 2022. Para que todos os alunos atinjam tal meta o MEC, por meio do Decreto nº 6.094/2007 instituiu o Plano de Metas Compromisso Todos pela Educação que, assinado por todos os municípios brasileiros, obriga os mesmos a construir o Plano de Ações Articuladas (PAR), por meio do qual, havia uma análise local das prioridades e necessidades e definição das estratégias para atingir as metas do compromisso. Todos esses compromissos evoluem juntamente com o Plano Nacional de Educação (PNE) que determina diretrizes, metas e estratégias para a política educacional no período de 2014 a 2024, instituído pela Lei 13.005/2014, que compreende o número de 20 metas, que compreende a educação infantil, ao financiamento da educação.

Na Meta 7 do PNE que trará da 'Qualidade da Educação Básica/IDEB', explícita que deverá fomentar a qualidade da educação básica em todas as etapas e modalidades, com melhoria do fluxo escolar e da aprendizagem de modo a atingir as seguintes médias nacionais para o Ideb: 6,0 nos anos iniciais do ensino fundamental; 5,5 nos anos finais do ensino fundamental; 5,2 no ensino médio.

Abaixo as Metas do Movimento Todos pela Educação, que fixou 5 metas sendo objeto social, buscando melhor qualidade para educação básica do Brasil

Quadro 2 - Metas do Movimento Todos pela Educação

- Meta 1: Toda criança e jovem de 4 a 17 anos na escola
 Meta 2: Toda criança plenamente alfabetizada até os 8 anos
 Meta 3: Todo aluno com aprendizado adequado à sua série
 Meta 4: Todo jovem com o Ensino Médio concluído até os 19 anos
 Meta 5: Investimento em Educação ampliado e bem gerido

Fonte: (todos pela educação, 2020).

A partir do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB), construído pelo cruzamento de duas variáveis: rendimento x fluxo escolar, visando, portanto, avaliar e acompanhar a educação básica. Os municípios e escolas com os mais baixos índices têm sido priorizados no auxílio técnico e financeiro, quanto às transferências voluntárias da União, para que tenham condições de superarem esta situação.

A seguir, temos dados do IDEB, e as projeções para as próximas avaliações.

Tabela 1 - Anos Iniciais do Ensino Fundamental

	IDEB Observado							Metas							
	2005	2007	2009	2011	2013	2015	2017	2007	2009	2011	2013	2015	2017	2019	2021
Total	3.8	4.2	4.6	5.0	5.2	5.5	5.8	3.9	4.2	4.6	4.9	5.2	5.5	5.7	6.0
Dependência Administrativa															
Estadual	3.9	4.3	4.9	5.1	5.4	5.8	6.0	4.0	4.3	4.7	5.0	5.3	5.6	5.9	6.1
Municipal	3.4	4.0	4.4	4.7	4.9	5.3	5.6	3.5	3.8	4.2	4.5	4.8	5.1	5.4	5.7
Privada	5.9	6.0	6.4	6.5	6.7	6.8	7.1	6.0	6.3	6.6	6.8	7.0	7.2	7.4	7.5
Pública	3.6	4.0	4.4	4.7	4.9	5.3	5.5	3.6	4.0	4.4	4.7	5.0	5.2	5.5	5.8

Fonte: <http://ideb.inep.gov.br/resultado/resultado/resultadoBrasil.seam?cid=3505736>

Tabela 2 - Anos Finais do Ensino Fundamental

	IDEB Observado							Metas							
	2005	2007	2009	2011	2013	2015	2017	2007	2009	2011	2013	2015	2017	2019	2021
Total	3.5	3.8	4.0	4.1	4.2	4.5	4.7	3.5	3.7	3.9	4.4	4.7	5.0	5.2	5.5
Dependência Administrativa															
Estadual	3.3	3.6	3.8	3.9	4.0	4.2	4.5	3.3	3.5	3.8	4.2	4.5	4.8	5.1	5.3
Municipal	3.1	3.4	3.6	3.8	3.8	4.1	4.3	3.1	3.3	3.5	3.9	4.3	4.6	4.9	5.1
Privada	5.8	5.8	5.9	6.0	5.9	6.1	6.4	5.8	6.0	6.2	6.5	6.8	7.0	7.1	7.3
Pública	3.2	3.5	3.7	3.9	4.0	4.2	4.4	3.3	3.4	3.7	4.1	4.5	4.7	5.0	5.2

Fonte: <http://ideb.inep.gov.br/resultado/resultado/resultadoBrasil.seam?cid=3505736>

Tabela 3 – Ensino Médio

	IDEB Observado							Metas							
	2005	2007	2009	2011	2013	2015	2017	2007	2009	2011	2013	2015	2017	2019	2021
Total	3.4	3.5	3.6	3.7	3.7	3.7	3.8	3.4	3.5	3.7	3.9	4.3	4.7	5.0	5.2
Dependência Administrativa															
Estadual	3.0	3.2	3.4	3.4	3.4	3.5	3.5	3.1	3.2	3.3	3.6	3.9	4.4	4.6	4.9
Privada	5.6	5.6	5.6	5.7	5.4	5.3	5.8	5.6	5.7	5.8	6.0	6.3	6.7	6.8	7.0
Pública	3.1	3.2	3.4	3.4	3.4	3.5	3.5	3.1	3.2	3.4	3.6	4.0	4.4	4.7	4.9

Fonte: <http://ideb.inep.gov.br/resultado/resultado/resultadoBrasil.seam?cid=3505736>

Para ter equidade na elaboração do referido plano, um eixo importante deve ser o trabalho conjunto das Secretarias de Educação, Escola, Comunidade Escolar, discutirem medidas, projetos, debates que tornem público a opinião escolar, fornecendo apoio técnico, apoio financeiro, capacitando professores, diretores entre outros colaboradores do meio educacional.

Para trazer a existência essa política educacional no sentido financeiro, é importante fazer menção ao Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação – FUNDEB, fundo especial de natureza contábil e de âmbito estadual, que se divide em um fundo por estado, mais Distrito Federal, totalizando em vinte e sete fundos (27 fundos), formado, na

quase totalidade, por recursos provenientes dos impostos e transferências dos Estados, Distrito Federal e Municípios, repasses esses, vinculados à educação.

6. Desenvolvimento

6.1 Critérios e seleção das pesquisas auxiliares

Nesta pesquisa, como já foi mencionado, buscaremos fazer uma experiência. Foram selecionados trabalhos de pesquisadores oriundos de universidades, de tal modo a buscar na visão essencialmente acadêmica quais os aspectos que mais chamaram a atenção relativamente o PDE. Foi usado como critérios de seleção adotar diferentes estágios de formação acadêmica, por meio de três parâmetros: (i) pesquisador sênior (artigo publicado em revista científica); (ii) uma tese de doutorado e (iii) uma dissertação de mestrado. Tal escolhe se propõe a também aferir e analisar os tipos de fontes para uma meta-avaliação, verificando possíveis vantagens ou desvantagens.

Além disso, busca-se também identificar quais as ênfases de cada trabalho, buscando também avaliar as percepções acerca dos diversos fatores que explicam os resultados do PDE.

A meta-avaliação a partir dessas pesquisas não dará ênfase aos procedimentos e requisitos de cada avaliação, mas buscará pontos relevantes para melhor desenhar o contexto de implementação e de resultados do PDE.

Por meio de pesquisa no *google acadêmico*, e por meio das palavras-chave “plano de desenvolvimento da educação”, “PDE”, “avalição” e “IDEB”, e cruzando-se os parâmetros acima realizados, foram selecionados três estudos: (i) *Conflitos na implementação da política educacional brasileira: as relações entre a União e os municípios a partir do Plano de Desenvolvimento da Educação*, de Ananda Grinkraut (2012); (ii) *Mobilização Social pela Educação e a legitimação das políticas educacionais no PDE*, de Vanessa Lara Antonini (2012) e (iii) *A Política Educacional do Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE): outra qualidade para a Educação Básica?*, de Severino Vilar de Albuquerque (2017). Todos eles trazem análises e sugestões sobre a política educacional.

O estudo da Ananda Grinkraut (2012) traz contribuições sobre os conflitos na implementação da política educacional brasileira e suas relações entre a União e os

municípios a partir do PDE. Ela foi responsável por um estudo onde foram selecionados dois municípios a partir dos resultados do IDEB, com a intenção de enriquecer o conhecimento, ampliando o olhar, levantando diversos aspectos de distintas realidades.

Antonini (2012) mostrou o estudo sobre Mobilização social pela Educação e a legitimação das Políticas Educacionais no PDE, que reside na sua elaboração, sendo que, não contou com a participação da sociedade e dos principais interessados, os educadores brasileiros.

Albuquerque (2017) analisa a implantação do PDE, especialmente no que se refere à execução do Plano de Ações Articuladas (PAR), em municípios do Estado do Maranhão, trazendo à discussão a questão da formação continuada de professores como vetor da melhoria da qualidade da educação básica e de questões contingenciais como as sucessivas mudanças na gestão das Secretarias de Educação e a inexistência de participação da comunidade escolar realização de um processo avaliativo do atendimento educacional.

A seguir, pretende-se coletar evidência para selecionar elementos de avaliação do PDE.

6.2 Achados da Meta-Avaliação

O objetivo da meta-avaliação na política educacional é trazer novos olhares e aspectos não percebidos em estudos anteriormente (ou antes) realizados, deste modo é possível a manutenção das políticas educacionais trazendo melhorias as ações, projetos e políticas públicas desenhadas pelos entes federados e implantadas por gestores que têm em suas mãos um grande desafio que é implantação, execução e estatísticas positivas à comunidade, e sociedade como um todo, assim, reduzindo as desigualdades sociais, regionais e territoriais.

Para a educadora Elaine Souza (2010), a desigualdade de oportunidades educacionais pode ser demarcada entre centro e periferia, cidade e campo, capital e interior por meio de análises realizadas entre bairros, municípios, estados e regiões do País. O objetivo do PDE é enfrentar a desigualdade de oportunidades na educação e, assim, reduzir desigualdades sociais e regionais na educação. O PDE tem como objetivo superar esse desafio através de uma união entre as dimensões educacional e territorial operado pelo conceito de arranjo educativo. (SOUSA, 2010)

A relação recíproca entre educação e desenvolvimento só se fixa quando as ações do Estado são alinhadas e os nexos entre elas são fortalecidos. Desse movimento de busca de sintonia das políticas públicas entre si depende a potencialidade dos planos setoriais, inclusive o educacional, que passam, nesses termos, à condição de exigência do desenvolvimento econômico e social, garantindo-se que o todo seja maior que a soma das partes. (Haddad, p 18, 2008).

6.1.1. Albuquerque e a análise do projeto do PDE

De acordo com Albuquerque (2017) ele traz uma análise sobre o Plano de Desenvolvimento da Educação no sentido de demonstrar como se dá o investimento da educação pública nos municípios maranhenses por meio do Plano de Ações Articuladas (PAR), que planeja as receitas e despesas do município pelo período de 4 anos. Ele também mostra a necessidade de maior investimento na educação, como a formação dos professores e menciona sobre o importante indicador que mede a avaliação nas escolas, o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB).

O PAR deixa algumas lacunas na sua execução, como por exemplo a pequena participação da comunidade escolar, algo que teria que ser o contrário, deveria haver a participação da comunidade, expondo seus interesses, pois o que está envolvido é dinheiro e educação, investimento a longo prazo na sociedade que sendo bem aplicados, obtemos altos índices na educação e conseqüentemente desenvolvimento social e econômico. Essa fragilidade se dá por conta das seguidas mudanças nos municípios, como por exemplo a interrupção da gestão de prefeitos, secretários de educação entre outros atores envolvidos.

Além disso, há os interesses e barganhas, que infelizmente existem e que para erradicar esse jogo de poder, é imprescindível a participação da comunidade escolar, demonstrando suas dificuldades e limitações para o acesso à educação.

Albuquerque finaliza dizendo que não restam dúvidas de que o PDE faz um chamamento à responsabilidade dos gestores públicos, da classe política e da sociedade civil, quanto às mudanças que são necessárias para elevar os indicadores educacionais da educação básica do país. Todavia, o PDE, da forma como se apresenta, não garante que as medidas propostas através das ações do PAR assegurem o efeito pretendido e esperado. Se tomar somente o Ideb como parâmetro de qualidade da educação básica, incorre-se em sérios problemas quanto à forma

como os gestores vão dar andamento às ações do PAR. A ausência de clareza quanto aos mecanismos de controle gera a possibilidade de que as administrações municipais manipulem informações e dados estatísticos de modo a garantir o recebimento de recursos, escamoteando o desempenho efetivo dos sistemas municipais de ensino.

6.1.2. Grinkraut e o estudo de conflitos interfederativos relacionados ao PDE

De acordo com o estudo da autora Ananda Grinkraut (2012), foi possível identificar conflitos, interesses e demandas sociais que têm sido reconhecidos e evidenciados no processo de implementação. Nesse estudo, foram selecionados dois municípios a partir dos resultados do IDEB, com a intenção de enriquecer o conhecimento, ampliando o olhar, levantando diversos aspectos de distintas realidades.

Foi necessário rever os objetivos previstos com a pesquisa, principalmente por dois motivos, como compreensão do PDE enquanto um plano, e segundo, a constatação, no decorrer da pesquisa de campo, da relevância de programas, políticas e dinâmicas na relação estabelecida entre a União e os municípios. O estudo optou por não limitar a abordagem ao que estava relacionado diretamente com o PDE, considerando também que o objetivo principal do trabalho seria a análise das relações intergovernamentais, e não a avaliação dos resultados.

A partir dos dados coletados por Ananda Grinkraut, nos municípios estudados e dos aspectos comentados, percebe-se que a atuação da União, ao realizar uma avaliação nacional e utilizar seus resultados tanto para nortear suas ações como para responsabilizar os demais entes governamentais e mobilizar a sociedade, tem provocado vários dos efeitos criticados pelos autores neste tipo de dinâmica. Ainda que tenha alterado parte do propósito com o uso dos resultados das avaliações de forma a rever sua atuação e atender melhor aos municípios que, segundo o próprio MEC, mais necessitariam de seu apoio, seus usos nos municípios mantêm os efeitos perversos constatados nos estudos e análises acerca deste tipo de sistemática.

Com o passar dos anos, estudos e pesquisas vêm chamando a atenção para o fato de que as mudanças na gestão escolar pouco interferiram na melhoria do desempenho escolar dos alunos. À ênfase na gestão escolar acrescenta-se a preocupação com as dinâmicas no interior das salas de aula. A formação e o trabalho

do professor passam a ser alvo de pesquisas, reportagens, comparações entre países. Se por um lado se manteve a preocupação com a gestão escolar, por outro se acrescentou aos temas presentes na reforma educacional, o olhar para dentro da sala de aula, em especial para o trabalho do professor. Dois argumentos parecem se combinar para justificar esta mudança de enfoque. O primeiro, de que apenas as alterações na gestão escolar não foram suficientes para promover uma mudança na qualidade do ensino oferecido e o segundo alega que com a universalização do atendimento, em especial para o ensino fundamental, a ênfase da política educacional deixa de ser a quantidade, mas a qualidade do atendimento.

É importante salientar, por mais que as reformas educacionais tenham sido interpretadas de diferentes formas e combinadas com as especificidades e interesses das elites locais, promovendo diferentes resultados entre os países, um dos aspectos comuns a vários deles é a limitação da autonomia do professor e do poder de seus sindicatos. É importante dar mais visibilidade e autonomia a esses profissionais fundamentais para a política educacional.

A aproximação do poder político com a comunidade local pode assumir várias facetas e, portanto, não é esta relação a responsável por definir o caráter democrático de determinada política. O que se pode afirmar a partir deste processo e com base no que foi visto nos dois municípios analisados é que as demandas da população local parecem afetar mais diretamente a administração local do que a estadual. É neste sentido que este aspecto foi considerado como um dos condicionantes da atuação municipal, e assim se buscou respaldo na literatura produzida sobre o assunto para compreender em que medida e por quais razões a administração municipal parece mais “permeável” às demandas locais do que a estadual. Duas explicações foram levantadas: a baixa visibilidade política do estado em relação à população de uma maneira geral, e a especificidade dos processos de estadualização e, posteriormente, de municipalização pelo qual passou um dos municípios.

Afinal, destaca-se, que a manutenção do discurso em favor da municipalização e as discussões acerca do regime de colaboração, sem alterar as condições reais em que estes processos ocorrem, têm, por um lado, dissimulado os problemas vivenciados pelos municípios e, por outro, mantido o status quo. Acredita-se que para romper com a extrema desigualdade de condições educacionais no país não basta focalizar a atenção no município, tido como o elo mais frágil na dinâmica federativa, e que tem assumido cada vez mais funções na oferta educacional. Reverter a atual

situação passa pela revisão do papel de todos os níveis governamentais na educação e do próprio papel do Estado na garantia deste direito a todos os cidadãos e cidadãs brasileiras.

6.1.3. Antonini e a análise da participação social na formulação do PDE

Para Vanessa Antonini (2012) o estudo da sua tese sobre ‘Mobilização social pela Educação e a legitimação das Políticas Educacionais no PDE’, expõe que a principal crítica em relação ao PDE e na sua concepção de avaliação da qualidade do ensino, voltada para resultados do desempenho escolar em disciplinas consideradas básicas para a inserção dos jovens no mercado de trabalho - reside na sua elaboração, posto que, não contou com a participação da sociedade e dos principais interessados, os educadores brasileiros. Ela cita que Malini (2009) apresentou em sua pesquisa a ideia de que, para o MEC, o consenso necessário para a identificação da sociedade brasileira com as metas do PDE deveria ter sido o “ponto de chegada” e, ao contrário, o PDE tem buscado esse consenso como ponto de partida, na medida em que, o Plano está pronto.

O percurso teórico do estudo da Antonini indica que a mobilização social é importante e necessária, inclusive em termos democráticos para o país. No entanto, a análise feita pela autora apresenta o PDE como uma iniciativa legitimada sem consulta prévia à sociedade brasileira, ou seja, não se apresentou como fruto de um exercício cidadão.

Antonini conclui que uma das aberturas oferecidas pela sua pesquisa, que nunca pretendeu esgotar o tema explorado, podem ser vistas por meio de novas possibilidades de acompanhamento da implementação do PMSE – Plano de Mobilização Social pela Educação, nos municípios brasileiros, com base em informações colhidas da observação direta da realidade, elevando as chances de acessar conclusões mais robustas sobre as potencialidades do engajamento da sociedade com as metas do PDE, consolidando-se, assim, como um Plano necessário e acolhido pela sociedade.

Desse modo, Antonini sintetiza seus achados indicando que a estratégia de lançamento do PDE pode ser considerado um esforço de se obter um consenso em torno da educação, esforço esse que não contou com o engajamento propositivo junto à sociedade brasileira.

7. Considerações finais

Como mencionado, a necessidade e o desafio de avaliar políticas públicas enfrentam muitos caminhos: equipes treinadas, recursos, organização e estrutura, governança, tempo, entre muitos outros. Neste trabalho, buscamos ressaltar a importância do método para a realização da avaliação, de tal modo que, por meio dele, os caminhos possam ser mais seguros.

Na simulação proposta, que foi a de conciliar a necessidade de avaliação de um amplo programa, no curto prazo, sem condições ideais de organização, buscou-se apoio em pesquisas já realizadas por outras instituições acerca do programa pretendido. Para testar ainda mais o método, buscou-se uma seleção quase aleatória, apenas com base em diferentes perfis de pesquisadores.

Os elementos que Albuquerque (2017) somaram a esse estudo, trazendo aspectos sobre a importância da participação da comunidade escolar na implementação e execução do Plano de Ações Articuladas (PAR) nos municípios, nas cidades, podemos dizer que é na ponta que as coisas acontecem, os recursos são vistos e as mudanças acontecem, por isso a importância da participação da comunidade nessas etapas, pois, será um planejamento para um período de quatro anos.

Por sua vez, o trabalho de Grinkraut (2012) traz contribuições mais interessantes para a meta-avaliação, explorando as relações intergovernamentais da União, estados e municípios, os conflitos de interesses que tem conformado o Estado brasileiro, naturalmente a política educacional, nos seus variados níveis de acesso e permanência a escola. Conflitos esses que prejudicam o ensino público. Como manter a harmonia na atuação dos entes federados sem ferir a autonomia? Trata-se de diminuir desigualdades sociais, sobretudo desigualdade educacional, concedendo mais autonomia aos estados e municípios, e naturalmente as secretarias, escolas, diretores, professores, comunidade escolar, assim, fortalecendo a capacidade técnica e financeira de cada envolvido.

Por fim, Antonini (2012) nos trouxe análises sobre a importância da mobilização social, o engajamento das famílias, da comunidade, da sociedade em volta da educação, com isso teremos harmonia de ideias, e conseqüentemente conformidade nas decisões tomadas para o ensino público. A autora expõe que o PDE foi elaborado

sem consulta prévia à sociedade brasileira, que em termos de cidadania, a mobilização social é importante e necessária, até mesmo para o aprofundamento da democracia no país. Finaliza dizendo que a pesquisa não esgota o tema, pelo contrário, é importante sua continuidade, com investigações sobre os diferentes programas, ações e políticas públicas existentes na educação.

As diferentes fontes trouxeram pontos de assentimento quanto os estudos realizados sobre o Plano de Desenvolvimento da Educação, suscitando a importância do ato de avaliar, trazendo um olhar criterioso a política educacional, fazendo-nos compreender a importância do investimento da educação, das relações intergovernamentais, a harmonia dos entes sem retirar a autonomia, a mobilização social com a participação popular nas importantes decisões para a educação pública. Estudos que contribuem para o crescimento de avaliações sobre o PDE.

Observa-se que o teste proposto nos permite chegar a duas conclusões. A primeira se refere aos cuidados que se deve ter sobre o processo de seleção das pesquisas. Trata-se de uma ação mais do que estratégica em uma meta-avaliação, de modo que se possa recorrer a fontes não apenas seguras de pesquisa, mas que tenham perfil adequado para serem consideradas fontes válidas de uma meta-avaliação. Do contrário, haverá um esforço significativo, porém desperdiçado, que pode implicar avaliações imperfeitas e enviesadas. Nesse sentido, recomenda-se investir, como procedimento de meta-avaliação, investir em equipes e em processos mais apurados de seleção de pesquisas. Na rápida simulação aqui proposta, verificamos certa repetição nas abordagens temáticas do PDE e, por isso, alguma perda avaliativa para realizar a meta-avaliação; não obstante, não se avistou graves prejuízos, uma vez que foi possível coletar evidências interessantes.

A segunda conclusão pega gancho exatamente no último argumento do parágrafo anterior. Reside no fato de que é possível reunir diferentes pesquisas para ampliar os olhares avaliativos sobre uma política pública. Com a busca da conciliação de diferentes pesquisas é possível detectar o problema, suas implicações, seus efeitos de forma mais transparente, levando a diagnósticos que muitas das vezes passam despercebidos quando apenas se tem uma única avaliação.

Por outro lado, é possível observar que, ainda que pequeno, os resultados das avaliações promovem impacto na definição de políticas e programas para a melhoria da qualidade da educação, como se tem observado nos últimos anos. No entanto, para que os resultados melhores, é preciso aprimorar o programa, criando

mecanismos para estimular as boas ações em busca de uma educação melhor, além da ética para investigar os resultados. Somado a isso, aplicar sanções aos sistemas de ensino, às escolas ou aos professores que não cumprirem às metas, mobilizando assim profissionais e alunos a buscarem melhores resultados nas provas, elevando o nível de aprendizagem, e por fim, a qualidade na educação.

Por meio do pequeno exercício empírico aqui realizado, já foi interessante coletar benefícios e a necessidade de programas como o PDE, tendo em vista que a educação possui um papel extremamente importante em fornecer aos indivíduos conhecimento, habilidades e competências necessárias para uma participação efetiva na sociedade e na economia.

Referências bibliográficas

ALBUQUERQUE, Severino Vilar de. **A Política Educacional do Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE):** Outra qualidade para a educação básica? 2017.

ANTONINI, Vanessa Lara. **Mobilização social pela educação e a legitimação das políticas educacionais no PDE.** 2012. 145 f. Tese (doutorado) - Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências e Letras de Araraquara, 2012.

BERENDS, L.; ROBERTS, B. **Evaluation standards and their application to indigenous programs in Victoria,** Australia. Evaluation Journal of Australasia, Canberra, Australia, v. 3, n. 2, p. 54-59, 2003.

BERLINER, M. R. **Avaliação do Indicador Nacional de Alfabetismo Funcional.** 2010. 67 f. Dissertação (Mestrado Profissional em Avaliação) - Fundação Cesgranrio, Rio de Janeiro, 2010. Orientadora: Profa. Dra. Ligia Gomes Elliot.

BERLINER, M. R.; ELLIOT, L. G. **Indicador Nacional de Alfabetismo Funcional: como avaliar as deficiências educacionais de jovens adultos no Brasil.** In: Congresso Internacional de Avaliação, 2., 2010, Braga. Trabalhos apresentados... Braga, PT: Universidade do Minho; Joinville, SC: Univille, 2010.

BRASIL. Decreto nº. 6.094, de 24 de abril de 2007. **Dispõe sobre a implementação do Plano de Metas Compromisso Todos pela Educação,** pela União, em regime de colaboração com Municípios, Distrito Federal e Estados. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Poder Executivo, Brasília, DF, 24 abr. 2007. Acesso em 10 de setembro de 2020. DAVOK, D. F. **Modelo de meta-avaliação de processos de avaliação da qualidade de**

cursos de graduação. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em Engenharia de Produção, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2006.

ELLIOT, Ligia Gomes. **Meta-avaliação: das abordagens às possibilidades de aplicação.** Ensaio: Avaliação de Políticas Públicas. Rio de Janeiro, v. 19, n. 73, p. 941-964, Dec. 2011.

FIGUEIRÓ, A. C.; THULER, L. C.; DIAS, A. L. F. **Padrões internacionais dos estudos de linha de base.** In: HARTZ, Z. M. A.; FELIBERTO, E.; SILVA, L. M. V. (Org.). Meta-avaliação da atenção básica à saúde: teoria e prática. Rio de Janeiro: Ed. Fiocruz, 2008.

FURTADO, Juarez Pereira; LAPERRIERE, Hélène. **Parâmetros e paradigmas em meta-avaliação: uma revisão exploratória e reflexiva.** Ciência Saúde Coletiva, Rio de Janeiro, v. 17, n. 3, p. 695-705, Mar. 2012.

GADELHA, M. G. **Elicitação de requisitos baseada em meta-avaliação: o caso dos centros de referência social.** 2010. 99 f. Dissertação (Mestrado em Gestão do Conhecimento e Tecnologia da Informação) – Universidade Católica de Brasília, Brasília, DF, 2010.

GRINKRAUT, Ananda. **Conflitos na implementação da política educacional brasileira: as relações entre a União e os municípios a partir do Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE).** 2012. 193 p. Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual de Campinas, Faculdade de Educação, Campinas, SP.

HADDAD, Fernando. **O Plano de Desenvolvimento da Educação: razões, princípios e programas.** Fernando Haddad. Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2008.

HEDLER, Helga Cristina; TORRES, Cláudio Vaz. **Meta-avaliação de auditorias de natureza operacional do Tribunal de Contas da União.** Revista. **Administrativa Contemporânea.**, Curitiba, v. 13, n. 3, 2009. WORTHEN, B. R.; SANDERS, J. R.; FITZPATRICK, J. L. **Avaliação de programas: concepções e práticas.** Tradução Dinah de Abreu Azevedo. São Paulo: Gente, 2004.

MACHADO, Tania Russo CHAISE, Rosa Maria ELLIOT, Ligia Gomes. **A meta-avaliação como instrumento de qualidade nas Políticas Públicas:** Programa Segundo Tempo, 2016.

SAVIANI, Dermeval. **O Plano de Desenvolvimento da Educação: análise do projeto do MEC.** Educ. Soc., Campinas, vol. 28, n. 100 - Especial, p. 1231-1255, out. 2007. Disponível em <http://www.cedes.unicamp.br>. <Acesso em: 15 de setembro de 2020>. Senado Federal. Referencial para Avaliação de Políticas Públicas no Senado Federal (2015). Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/publicacoes/estudos->

[legislativos/tipos-de-estudos/outras-publicacoes/referencial-para-avaliacao-de-politicas-publicas-no-senado-federal-2015/RefPPub-2015.](#)

SCRIVEN, M. **Evaluation thesaurus**. 4th. ed. Newbury Park, CA: Sage, 1991.

SOUSA, Eliane Ferreira de. **Direito à Educação: requisito para o desenvolvimento do País**. São Paulo: Saraiva, 2010.

VIANNA, H. M. **Fundamentos de um Programa de Avaliação Educacional**. Meta Avaliação, Rio de Janeiro, v. 1, n. 1, p. 11-27, 2009.

Avaliação de Programas Educacionais: duas questões. Meta Avaliação, Rio de Janeiro, v. 2, n. 4, p.1-12, 2010.

Missão

Aprimorar a Administração Pública em benefício da sociedade por meio do controle externo

Visão

Ser referência na promoção de uma Administração Pública efetiva, ética, ágil e responsável